Estado amplia divulgação dos boletins de balneabilidade das praias do Rio de Janeiro

Boletins passam a ser divulgados duas vezes por semana para garantir informações atualizadas

Por **redação**

FABIANO VENEZA/SEAS



A ampliação considera os impactos das chuvas na qualidade da água do mar

O Governo do Estado, por meio do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), passa a divulgar duas vezes por semana os boletins de balneabilidade das praias das Zonas Sul e Sudoeste da capital. A partir desta semana, as atualizações, que antes eram realizadas semanalmente, serão publicadas às terças e sextas-feiras. A mudança reforça o monitoramento da qualidade da água e amplia o acesso dos banhistas a informações atualizadas, especialmente durante a alta temporada e os períodos de chuvas intensas.

A ampliação considera os impactos das chuvas sobre a qualidade da água do mar. Em outubro, a cidade do Rio de Janeiro registrou o mês mais chuvoso desde o início da série histórica do Alerta Rio, em 1997. Durante temporais, o escoamento da água pelas ruas e pelos sistemas de drenagem pode levar lixo, esgoto e outros resíduos até o mar, provocando alterações temporárias na balneabilidade. Os efeitos podem ser mais significativos em trechos próximos à foz de rios e à saída de galerias de águas pluviais.

Com a chegada dos dias mais quentes e do período de férias, quando aumenta a circulação de moradores e turistas nas praias, o acesso a esses dados ganha ainda mais importância. A atualização mais frequente permite que a população acompanhe as condições dos locais de banho e escolha onde entrar no mar com mais segurança.

Os resultados do monitoramento podem ser consultados no Sistema Estadual de Recursos Hídricos, desenvolvido pela Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Inea (Dirseq). O Instituto recomenda evitar o banho de mar nas primeiras 24 horas após chuvas fortes, principalmente nas proximidades de galerias de águas pluviais, canais de drenagem e foz de rios. Também é importante respeitar a classificação dos trechos considerados impróprios, que podem apresentar concentrações elevadas de bactérias e outros microrganismos capazes de causar problemas de saúde.

O monitoramento da balneabilidade é realizado regularmente pelo Inea em todo o litoral fluminense. Atualmente, o trabalho abrange 291 pontos de amostragem em 201 praias de 22 municípios. Os resultados são disponibilizados nos Boletins de Balneabilidade das Praias, que orientam a população sobre a qualidade da água para banho.

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAR AS PRAIAS

A avaliação segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução 274/2000 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A norma determina critérios microbiológicos para classificar as águas destinadas à recreação de contato primário, quando existe contato direto com a água.

Entre os indicadores utilizados estão os coliformes termotolerantes, a bactéria Escherichia coli e os enterococos, associados à contaminação de origem fecal.

Pelas regras gerais, uma água pode ser considerada própria quando, em pelo menos 80% das cinco últimas amostras coletadas, os resultados permanecem dentro dos limites estabelecidos. A classificação como imprópria também pode ocorrer quando uma única medição ultrapassa determinados valores críticos ou quando existem outras condições que representem risco à saúde.

A exposição à água contaminada pode provocar gastroenterites, diarreia, vômitos e infecções na pele, nos olhos e nos ouvidos. Crianças, idosos e pessoas com imunidade comprometida merecem atenção especial.

Além das análises laboratoriais que são feitas, a informação precisa chegar de maneira extremamente clara à população. Placas de sinalização, boletins atualizados e canais digitais de consulta são instrumentos importantes para evitar que banhistas utilizem locais classificados como impróprios.

IPP lança site sobre história da habitação social no Rio

Por **Déborah Gama**

REPRODUÇÃO



Site reúne fotografias, mapas interativos e documentos

O Instituto Pereira Passos (IPP), em parceria com o Observatório das Metrópoles da UFRJ, lançou o portal "Habitação Social na Cidade do Rio de Janeiro". A plataforma digital reúne um vasto panorama histórico sobre a produção habitacional e as políticas públicas de moradia na capital fluminense entre os anos de 1831 e 2009.

O site disponibiliza registros fotográficos, mapas interativos, dados estatísticos e documentos históricos, como decretos e leis que marcaram a construção de conjuntos habitacionais e o desenvolvimento urbano carioca ao longo dos séculos.

A pesquisa concentra o foco principal no período entre 1906, data do primeiro registro oficial de habitação construída pelo poder público municipal, e 2009, ano de criação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O resgate histórico recupera também o cenário iniciado em 1831, quando transformações no mercado de trabalho e o crescimento populacional impulsionaram os primeiros debates sobre moradia popular na cidade.

A presidente do IPP, Clara Sanchez, destacou a relevância do acervo: "Acredito que essa pesquisa é muito importante para o Rio de Janeiro, para todos que estudam políticas públicas. A habitação é um tema muito sensível, que diz respeito diretamente à vida das nossas populações. Esse trabalho vai permitir que as políticas públicas de habitação na cidade sejam cada vez mais fundamentadas em dados".

"A Secretaria de Habitação está lá na ponta desse trabalho e a parceria com o IPP foi fundamental durante a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social", afirmou Mary Curvello, Coordenadora do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social da Secretaria Municipal de Habitação do Rio.

Para Marcelo Ribeiro, professor do Observatório das Metrópoles, a pesquisa do IPP é importante para compreender a diversidade de políticas habitacionais ao longo dos anos. Ele diz: "É importante entender os erros do passado e encontrar soluções em um novo contexto, que ofereça não só habitação para quem precisa, mas acesso à cidade."